

SEMINÁRIO REVISÃO DO SINAPI

SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE
CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL

HOJE

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES

- atendimento@sinduscon-am.org.br
- (92) 3622-6525
- (92) 98413-6962

FIEAM - auditorio
Auton Furtado, Av.
Joaquim Nabuco,
nº 1919 - Centro
Horário
18h às 21h

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: CBIC apoia Ministério das Cidades em ação para ampliar recursos para o Minha Casa, Minha Vida

Veículo: CBIC Hoje

Data: 11.09.18

Enfoque:

Caderno: Newsletter

Página: On-line

Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: <https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/09/CBIC-HOJE-10.09.2018.pdf>

CBIC apoia Ministério das Cidades em ação para ampliar recursos para o Minha Casa, Minha Vida



Com a divulgação da Proposta da Lei Orçamentária Anual (PLOA) para 2019, no último dia 31 de agosto, se verificou uma redução de 25% de recursos para o Ministério das Cidades, em relação aos valores autorizados na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2018. No entanto, se percebeu um esforço por espaço fiscal em relação ao Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), já que o programa tem tido reduções sucessivas no orçamento federal desde a sua criação, registrando, inclusive, seu menor patamar desde 2009. Diante das dificuldades que podem surgir em 2019, a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) apoia a ação do ministro das Cidades, Alexandre Baldy, no sentido de ampliar o volume de recursos para o PMCMV.

A PLOA prevê para 2019 um montante de R\$ 4,66 bilhões ao Programa Moradia Digna, que representa o PMCMV no Orçamento Geral da União (OGU). Esse valor é inferior aos R\$ 6,2 bilhões propostos na Mensagem Modificativa da PLOA/2018. No entanto, o volume autorizado para 2018 ao final foi de R\$ 4,7 bilhões, o que evidencia o esforço para se manter o orçamento do programa.

São destaques na PLOA/2019, a ampliação de recursos das ações “00AF” de integralização de cotas ao Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), que passou de R\$ 2,2 bilhões para R\$ 2,97 bilhões, e “00CW” de subvenção de projetos de interesse social em áreas urbanas (complemento ao desconto do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS) de R\$ 895,4 milhões para R\$ 905,0 milhões.

Apesar da aparente melhora com as sucessivas reduções orçamentárias, os montantes ainda geram preocupação ao setor da construção, porque 2019 deverá carregar um desembolso maior, prejudicando qualquer expectativa de novas contratações no próximo ano na faixa 1, que é exatamente onde se encontra a maior concentração do déficit habitacional brasileiro. A preocupação se verifica em relação ao complemento do FGTS, pois há sinalizações de ampliação das metas na Faixa 1,5, que também visa a atender as famílias de menor renda e, com os valores apresentados na PLOA não cria espaço para essa ampliação da meta em 2019.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Custo da construção civil do AM tem leve queda em agosto, aponta IBGE

Veículo: G1

Data: 10.09.18

Caderno: Economia

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2018/09/10/custo-da-construcao-civil-no-am-tem-leve-queda-em-agosto-aponta-ibge.ghtml>

Custo da construção civil no AM tem leve queda em agosto, aponta IBGE

Por outro lado, houve aumento para 1,32% no acumulado do ano.



Por G1 AM
10/09/2018 08h20 - Atualizado ontem

O Índice da Construção Civil (Sinapi), calculado pelo IBGE, apresentou variação de 0,40% em agosto. O número é 0,01% abaixo em relação a julho (0,41%), mas acima da média nacional, de 0,36%. Os dados foram divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No acumulado do ano (janeiro a abril de 2018) houve aumento para 1,32%. Já nos últimos 12 meses, o índice foi de 1,74%. A variação de do mês, traz um acréscimo quase igual ao mês anterior (0,41) e eleva o acumulado.

"Os valores dos acumulados do ano e dos últimos 12 meses para o Estado do Amazonas são significativamente menores do que os valores para o Brasil. Isso significa que a evolução dos preços da construção civil no Brasil de um ano para outro foi maior do que para o Amazonas. Tradicionalmente o mês de agosto faz parte da alta na construção, influenciada principalmene pelo verão amazônico, época que em que a menor quantidade de chuvas proporciona mais obras", informou o IBGE no Amazonas.

No país, o custo nacional da construção por metro quadrado, que em julho estava em R\$ 1.095,09, passou para R\$ 1.099,01 em agosto, sendo R\$ 566,91 relativos aos materiais e R\$ 532,10 à mão de obra. Já no Amazonas, o custo do metro quadrado em agosto ficou em R\$ 1044,64.

Rondônia e São Paulo tiveram as maiores altas

Com taxas positivas tanto na parcela dos materiais como na mão de obra, São Paulo e Rondônia foram os estados que apresentaram as maiores variações mensais, ambos com 0,85%.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Dólar abre em alta de 1,55% cotado a R\$ 4,1569

Veículo: Agência Brasil

Data: 11.09.18

Caderno: Economia

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-09/dolar-abre-em-alta-de-155-cotado-r-41569>

Economia

Dólar abre em alta de 1,55% cotado a R\$ 4,1569

Publicado em 11/09/2018 - 11:20 Por Agência Brasil  São Paulo

A cotação da moeda norte-americana abriu o pregão de hoje (11) registrando uma alta de 1,55%, valendo R\$ 4,1569 para venda após terminar em baixa nos últimos três dias. O Banco Central segue com a política tradicional de venda de *swaps* cambiais, sem nenhuma oferta extraordinária de venda futura do dólar.

O Ibovespa, índice da B3, começou o pregão em baixa de 0,59%, com 75.982 pontos, com a tendência de queda se acentuando durante a manhã chegando a menos 1,85% às 11h.

As ações das grandes empresas, chamadas de blue chip, puxavam a baixa, com Petrobras com menos 2,44%; Itau, baixa de 2,70%, Vale desvalorizadas em 1,32% e Eletrobras com menos 3,94%.

Edição: Fernando Braga

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Grupo de Acompanhamento do MCMV reúne representantes do Banco do Brasil e da Caixa e trata de concessão de crédito e contratações do SBPE e do FGTS

Veículo: CBIC Hoje

Data: 11.09.18

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Newsletter

Página: On-line

Link: <https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/09/CBIC-HOJE-10.09.2018.pdf>

Grupo de Acompanhamento do MCMV reúne representantes do Banco do Brasil e da Caixa e trata de concessão de crédito e contratações do SBPE e do FGTS



Fotos: PH Freitas/CBIC

Representantes do Banco do Brasil (BB) informaram na última quinta-feira (06/09), durante a primeira parte da reunião do Grupo de Acompanhamento do Programa Minha Casa, Minha Vida

(PMCMV), na sede da CBIC, em Brasília, que houve um incremento de R\$ 208 milhões de contratação de crédito, desde o último encontro (06/08). A reunião integra o projeto da Comissão da Indústria Imobiliária (CII) da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) de Continuidade e Melhoria dos Programas Habitacionais, em correalização com o Senai Nacional.

Ainda sobre o tema concessão de crédito, o BB destacou que vem mantendo sua carteira no crédito imobiliário à Pessoa Física (PF), embora tenha reduzido a carteira do Pessoa Jurídica (PJ), que espera retomar, com melhora do cenário econômico e político do País, em 2019. Foi demonstrado otimismo com a perspectiva de que os candidatos à Presidência apoiem a indústria da construção, que gera empregos e movimentação a economia.

De acordo com o BB, foram quase R\$ 830 milhões em 2018, englobando todas as modalidades de PJ, além de R\$ 503 milhões com contratos já aprovados, em fase de registro e R\$ 650 milhões em análise. Para o Banco do Brasil, a Resolução do 4676/2018 do Banco Central do Brasil (Bacen) vai fazer com que bancos privados ofereçam mais crédito, de maneira mais agressiva. O próprio banco está estudando a criação de produtos com indexador diferente da Taxa Referencial (TR).

Foi apresentado um mapa com situações de criticidade dos contratos, apontando como principais problemas: VMDs pendentes (52%); informações de comercialização desatualizadas; inadimplência (35%). A maioria por falta de venda; seguros vencidos, e pendências para liberação de recursos (documentação, IC abaixo do exigido).

Também foi apresentado um mapa com obras paralisadas, por localidade. De acordo com os executivos, são 68 empreendimentos e o banco tem procurado resolver a questão quando a obra começa a dar sinais de problema, para não deixar chegar ao ponto de paralisar a obra. Ficou acertado que será agendada reunião específica do Grupo de Trabalho para discutir o assunto e encontrar soluções para a retomada das obras paralisadas.

Na parte da tarde, a reunião foi com os representantes da Caixa Econômica Federal, que apresentaram o quadro de contratações em 2018 e orçamento do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

I - CONTRATAÇÕES 2018 E ORÇAMENTO



	ORÇAMENTO 2018	REALIZADO até 24/08	Disponível
SBPE	15,7	7,2	8,5
FGTS*	58,8	45,4	13,4

R\$ Bi

	UNIDADES PJ	UNIDADES PF	UNIDADES PF Faixa 1,5
SBPE	137 empreendimentos	30.034 UH	Contratado 44.939 UH
FGTS	5.137 empreendimentos	263.404 UH	Disponível 25.061 UH

* Foi solicitada suplementação orçamentária de R\$ 6,6 bilhões ao CCFGTS, chegando-se ao orçamento anual de R\$ 65,5 bilhões.

CAIXA

Informou que foi solicitada suplementação orçamentária de R\$ 6,6 bilhões e, com isso, não devem faltar recursos para contratação esse ano. A Caixa orientou para que produtos da Faixa 1 não sejam o único foco das empresas, porque os recursos para o próximo ano estão limitados.

Foram apresentados os novos juros praticados:

Imóvel Residencial SBPE:

SFH

Taxa Balcão antiga: 10,50% a.a.

Taxa Balcão nova: 10,25% a.a.

SFI

Taxa Balcão antiga: 11,50% a.a.

Taxa Balcão nova: 11,00% a.a.

A nova modalidade de seguro da Caixa, lançada no último dia 20 de agosto, com vários benefícios para o adquirente do imóvel, também foi apresentada aos participantes da reunião. Segundo os executivos da instituição, trata-se do Seguro Habitacional Mais Premiável, direcionado aos clientes do Programa Minha Casa Minha Vida nas faixas 1 ½, 2 e 3, e que oferece mais vantagens, mais coberturas e, ainda, o sorteio de prêmios.

Além das coberturas básicas de Danos Físicos ao Imóvel (DFI) e Morte ou Invalidez Permanente (MIP), obrigatórias por Lei, o Seguro Mais Premiável ainda oferece coberturas adicionais, serviços ao cliente e diversos benefícios, como uma série de serviços de assistência ao imóvel, recebimento de cesta básica em caso de necessidade e auxílio funeral.

Além de todas as coberturas e serviços adicionais, o cliente ainda concorre a sorteios mensais com prêmios que podem até garantir a quitação de seu financiamento.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Insegurança ainda domina mercado imobiliário, diz Antonio Setin

Veículo: Correio Brasiliense

Data: 10.09.18

Caderno: Economia

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2018/09/10/internas_economia,704907/distratos-sao-os-maiores-viloes-das-empresas-do-setor-de-imoveis.shtml

Insegurança ainda domina mercado imobiliário, diz Antonio Setin

Dono da incorporadora Setin diz que mercado imobiliário se aquece aos poucos, mas que distratos prejudicam empresas do setor



(foto: Breno Fortes/CB/D.A Press)

São Paulo – O empresário Antonio Setin, dono da incorporadora Setin, fechará 2018 com vendas de R\$ 500 milhões. Embora seja melhor do que o resultado dos últimos dois anos, representa cerca da metade do faturamento de 2014, quando ultrapassou a casa do bilhão. Segundo ele, além da recessão na economia, o grande vilão das construtoras e incorporadoras foi o crescimento dos chamados distratos, quando o cliente desiste do negócio e recupera quase tudo que pagou. Em entrevista, Setin analisa a conjuntura econômica, fala sobre o impacto das regras do distrato, que estão mais favoráveis às empresas, e traça um cenário de recuperação para o mercado imobiliário.

Alguns indicadores mostram que o setor imobiliário está, gradualmente, se recuperando. O senhor tem essa percepção?

Sim, os brasileiros estão ficando um pouco mais otimistas porque existe uma chance de um candidato mais equilibrado vencer nas urnas. O mercado imobiliário se aquece à medida que o comprador se sente um pouco mais seguro. Mas, em geral, há ainda muita insegurança.

O crescimento de candidatos pró-mercado não ajuda a reduzir a insegurança?

Sim, a gente sente uma movimentação mais consistente nos estandes de vendas. Tiro por mim, como cidadão, como brasileiro, como consumidor, que hoje me sinto menos assustado do que há 30 ou 60 dias. Existe, sim, uma expectativa mais positiva.

Fatores macroeconômicos, como estabilidade na taxa de desemprego e redução dos juros, têm ajudado?

Não tenho dúvida nenhuma. Quando há uma sensação de que a coisa não vai continuar dando certo, as pessoas não assumem um compromisso de longo prazo, como a compra de um imóvel. Se você vê que seu emprego está em risco, não entra na dívida de um imóvel. Naturalmente, por precaução, guarda dinheiro para uma situação mais arriscada.



Qual é o efeito da política na economia em geral e no setor imobiliário, em particular?

O problema é que a economia está muito vinculada à política. Antigamente, a gente olhava para Brasília, olhava a paisagem e tocava a vida, sem se preocupar muito com a vida no Planalto. Hoje não é mais assim. O que acontece lá assusta — e muito.

Esse ligeiro reaquecimento do mercado imobiliário não é também o reflexo de um cenário de juros baixos, com investidores sacando suas aplicações para investir em imóveis?

Hoje em dia já não é mais assim. O investidor é uma fatia muito pequena no bolo de vendas. A maior parte das vendas é para consumo final, para morar.



Então, imóvel deixou de ser um bom investimento?

Depende do ponto de vista. Hoje é o melhor momento para se comprar imóveis porque eles estão sendo vendidos praticamente no custo. As empresas têm estoques, e precisam fazer girar esses imóveis, fazer novos lançamentos. Essa é a única maneira de fazer a coisa andar. Uma construtora não sobrevive com estoque, mas sim com lançamentos, obras. Atualmente, os preços estão muito acessíveis, as margens das empresas estão muito achatadas. Sem dúvida é um bom momento para comprar.

A crise fez o brasileiro ficar mais avesso ao risco?

Com certeza. Todos nós fomos muito machucados pela crise. O desemprego cresceu demais, as empresas passaram a ter margens pequenas ou negativas, não só no nosso setor. Então essa retomada de confiança, de emprego, de margem, é um processo lento, que deixa qualquer um muito preocupado.

O índice de desemprego ainda está muito alto, com mais de 13 milhões de pessoas sem conseguirem se colocar no mercado. Como isso impacta no setor imobiliário? Há total afinidade entre esses dois indicadores. Diferentemente de outras décadas, quando o desemprego foi na base da pirâmide, no operário, desta vez pegou todo mundo. Pegou o empresário, o executivo, o operário. As empresas estão combalidas, com enorme dificuldade para contratar.

Por que, mesmo com a queda da Selic, as taxas de juros de financiamentos continuam altas?

Porque um spread bancário de 2 pontos percentuais, que aqui é considerado miserável, lá fora é considerado alto. Além disso, há a questão da estrutura de tributos. Os riscos no Brasil e os tributos forçam os bancos a terem margens superiores no Brasil. Não estou defendendo os bancos, eu pago juros para banco e também acho muito caro. Mas é certo que nossa estrutura tributária, a nossa estrutura de riscos, é incomparável.

A mudança nas regras do distrato pode ajudar o mercado a crescer?

O que o Brasil tem de pior é falta de respeito aos contratos. O distrato exemplifica isso. A pessoa compra um imóvel que está em construção, esse imóvel fica pronto e ela não comparece. Daí, num belo dia, a construtora recebe uma carta de desistência e se vê obrigada a devolver o dinheiro. Esse é o Brasil que se conhece hoje em dia.

Se o cliente não quer o imóvel, não é certo devolver o dinheiro?

Como eu posso produzir um bem que tive de financiar num banco, seguindo regras e prazos, se não tenho garantia de que os contratos assinados valem alguma coisa? Nesse aspecto, o Brasil é diferente do Chile, da Argentina, dos Estados Unidos e da Europa inteira. Aqui o contrato não vale nada. É uma lástima isso.

Qual é o peso dos distratos para o setor imobiliário?

Hoje existem muitas empresas que fracassaram, que estão em recuperação judicial, por causa do fenômeno do distrato. A lei está protegendo pessoas que não têm responsabilidade. E o pior: o Judiciário estava determinando a devolução de valores que superavam em muito o montante que o cliente pagou. É muito grave. Na verdade, trata-se de desequilíbrio que torna o país mais frágil, com falta de respeito com os contratos e com as regras criadas.

Como deveria ser?

Todo contrato de compra e venda de um imóvel deveria ser irrevogável e irretroatável. Não poderia ser rompido. No Brasil, com a história do código do consumidor, o imóvel está sendo tratado pelo judiciário de maneira equivocada. Então, o sujeito pode se arrepender, não precisa comprovar nada.

O senhor tem números para exemplificar o impacto dos distratos nos negócios imobiliários?

De cada 10 distratos que eu e meus concorrentes temos, nove são de especuladores. Raramente é de alguém que chega aqui com a carteira de trabalho e diz 'fui demitido'.

Essa falta de respeito aos contratos prejudica outros setores da economia?

Sem dúvida. É por isso que são tão caros, no Brasil, o pedágio, as taxas de embarque, as tarifas portuárias, as taxas alfandegárias. O desrespeito aos contratos é o grande vilão do país e o maior entrave para o desenvolvimento dos negócios.

As novas regras do distrato sinalizam uma mudança importante para o setor?

O marco regulatório que foi feito para a questão dos distratos é o que o setor conseguiu convencer o governo a fazer, mas trata-se de uma pequena jabuticaba. O correto é fazer com que os contratos sejam respeitados, uma vez que foi feito entre duas partes. Assim como eu faço um contrato com meu cliente, faço também com o banco, com as construtoras, com os fornecedores. Essa regra dos distratos é um remendo, não é coisa de país maduro.

"Hoje é o melhor momento para se comprar imóveis porque estão praticamente no custo. As empresas têm estoques, e precisam fazer girar esses imóveis, fazer novos lançamentos"

"Todos nós fomos muito machucados pela crise. O desemprego cresceu demais, as empresas passaram a ter margens pequenas ou negativas, não só no nosso setor"

"A pessoa compra um imóvel que está em construção, esse imóvel fica pronto e ela não comparece. Daí, num belo dia, a construtora recebe uma carta de desistência e se vê obrigada a devolver o dinheiro. Esse é o Brasil"

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: O mercado imobiliário parou no tempo?

Veículo: DCI

Data: 10.09.18

Caderno: Economia

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: <https://www.dci.com.br/servicos/o-mercado-imobiliario-parou-no-tempo-1.739030>

PALAVRA DE ESPECIALISTA



O mercado imobiliário parou no tempo?

Outros setores já estão altamente conectados, e o ramo de imóveis não pode perder essa onda

GUSTAVO VAZ •

Publicado em 10/09/18 às 05:00

Ao longo dos anos, a tecnologia vem se tornando indispensável no dia a dia das pessoas. Nos tornamos dependentes para realizar simples tarefas como chamar um táxi, pedir comida e pagar um boleto.

Uma situação que não mudou muito foi a maneira como compramos ou vendemos um imóvel. Nos últimos anos, os grandes portais de anúncio contribuíram muito para a evolução do mercado e, no aluguel, já existem grandes avanços. Porém, ainda não surgiu algo inovador para simplificar o processo de compra e venda que, atualmente, pode chegar a 1 ano e 4 meses. Essa já é uma tendência nos EUA e Europa e, no Brasil, a EmCasa assumiu essa missão.

Hoje, temos bons exemplos vindos de fora de como a tecnologia simplifica o processo, seja através do uso de algoritmos, realização de tours virtuais e modelos matemáticos que apresentam estimativas mais precisas de compra e venda, gerando benefícios para todos.

A situação do mercado brasileiro é muito semelhante à que viviam esses países anos atrás: taxas de corretagem elevadas, desconfiança no mercado por parte do consumidor e um grande gap de inovação. Em todos eles, as chamadas Real Estate Techs - empresas de tecnologia imobiliária - foram responsáveis por apresentar boas soluções, com o objetivo de resolver as principais dores do consumidor.

A EmCasa já vem facilitando a aquisição de imóveis no Rio de Janeiro, utilizando recursos como agendamento e assinatura de proposta digital, ferramenta de precificação online dos imóveis e o tour virtual 3D, que oferece agilidade na busca por um imóvel e permite ao comprador visitar dezenas deles sem precisar sair de casa.

Com o uso de tecnologia, já estamos vendo o processo de compra e venda se simplificar, gerando uma melhor experiência ao consumidor. Para se ter uma ideia, um comprador visitaria, pessoalmente, de 20 a 30 imóveis. Já no ambiente online ele consegue adiantar esse processo, conhecendo todos os detalhes de dezenas ou até centenas de imóveis sem precisar sair de casa.

Com o uso de tecnologia, já estamos vendo o processo de compra e venda se simplificar, gerando uma melhor experiência ao consumidor. Para se ter uma ideia, um comprador visitaria, pessoalmente, de 20 a 30 imóveis. Já no ambiente online ele consegue adiantar esse processo, conhecendo todos os detalhes de dezenas ou até centenas de imóveis sem precisar sair de casa.

Por fim, o mercado imobiliário brasileiro está se recuperando ao longo dos últimos anos e os números de 2018 mostram grande potencial de crescimento em curto prazo. Em breve teremos um mercado aquecido de inovações e serviços.

Gustavo Vaz é CEO da EMCASA

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Caixa encerra consulta de preços de mercado para serviços de modelagem de projetos de concessão e PPP nesta terça-feira

Veículo: CBIC Hoje

Data: 11.09.18

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Newsletter

Página: On-line

Link: <https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/09/CBIC-HOJE-10.09.2018.pdf>

Caixa encerra consulta de preços de mercado para serviços de modelagem de projetos de concessão e PPP nesta terça-feira



Foto: O Tempo

A Caixa Econômica Federal abriu Consulta de Preços de Mercado para Serviços de Modelagem de Projetos de Concessão e Parceria Público-Privada (PPP). O objetivo é contratar consultor independente para o desenvolvimento de atividades relativas à estruturação de concessão, no Setor de Mobilidade Urbana, de um novo terminal rodoviário municipal. O estudo envolve implantação, administração, manutenção, operação e exploração comercial de um novo terminal rodoviário, bem como a estruturação da concessão sob os aspectos de engenharia, jurídico, socioambiental e econômico-financeiro para Projeto de Concessão, incluída a etapa de licitação da concessão entre outros serviços.

Os estudos deverão contemplar propostas e estimativas de receitas acessórias buscando a melhor alternativa de concessão para o município. Os valores deverão ser apresentados em reais. Além disso, entre outros, é preciso considerar que o serviço destina-se a um município com população de até 400 mil habitantes e que devem ser aplicados apenas valores de mercado aos insumos formadores de preço do serviço, de maneira que o valor final reflita a realidade do mercado nacional.

Clique aqui para acessar o Anexo do Termo de Referência. Os interessados devem encaminhar suas propostas até amanhã (12/09) para o e-mail da SUGOV03 da caixa.sugov03@caixa.gov.br

Etapa 1 - Estudos Preliminares (equivalente a 20% do valor total)	valor do serviço em relação à etapa	valor do serviço em rel. ao valor total
Situação do Ente Público	30%	6%
Situação Operacional	15%	3%
Situação Fiscal	10%	2%
Situação Legal	10%	2%
Mecanismos de Garantia	10%	2%
Estudo Preliminar de Plano Microregional de Gestão de RSU	10%	2%
Relatório Final da Etapa	15%	3%

Etapa 2 - EVTEA (equivalente a 55% do valor total)	valor do serviço em relação à etapa	valor do serviço em rel. ao valor total
Estudos Socioambientais	15%	8%
Estudos de Engenharia e Afins	10%	6%
Estudos de Mercado	20%	11%
Plano Microregional de Gestão de RSU	20%	11%
Relatório Econômico Financeiro	20%	11%
Modelagem Jurídica	15%	8%

Etapa 3 - Validação Externa (equivalente a 15% do valor total)	valor do serviço em relação à etapa	valor do serviço em rel. ao valor total
Apoio e Assessoria na realização de consulta Pública	40%	6%
Análise de apontamentos e Parecer quanto à realização de licitação	60%	9%

Etapa 4 - Licitação e Contratação (equivalente a 10% do valor total)	valor do serviço em relação à etapa	valor do serviço em rel. ao valor total
Assessoria na elaboração do TR	20%	1%
Parecer quanto à habilitação/classificação das propostas	45%	5%
Relatório final da etapa com revisão do EVTEA	35%	4%

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Indústria recua em oito dos 15 locais pesquisados pelo IBGE em julho

Veículo: Agência Brasil

Data: 11.09.18

Caderno: Economia

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-09/industria-recua-em-oito-dos-15-locais-pesquisados-pelo-ibge-em-julho>

Economia

Indústria recua em oito dos 15 locais pesquisados pelo IBGE em julho

Publicado em 11/09/2018 - 10:40 Por Vitor Abdala - Repórter da Agência Brasil Rio de Janeiro

A produção industrial recuou em oito dos 15 locais pesquisados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de junho para julho deste ano. As maiores quedas foram observadas em Goiás (2,1%), Paraná (1,3%), São Paulo (1,1%) e Minas Gerais (1%).

Também tiveram quedas acima da média nacional (0,2%), os estados do Mato Grosso (0,9%) e do Rio de Janeiro (0,3%). Outros recuos foram observados no Ceará e em Pernambuco, ambos de 0,2%.

Por outro lado, tiveram crescimento as produções do Espírito Santo (5,8%), Rio Grande do Sul (4,6%), Pará (2,7%), Amazonas (2,5%), Santa Catarina (1,9%) e Bahia (1%). A Região Nordeste que é avaliada em conjunto teve uma alta de 0,5%.

Outras comparações

Na comparação com julho de 2017, a indústria cresceu em 12 dos 15 locais, com destaque para o Rio Grande do Sul (13,9%) e Pará (13,7%). Nos outros três locais, a maior queda foi registrada em Goiás (4,9%).

No acumulado do ano, houve alta em 11 dos 15 locais, sendo a maior delas no Amazonas (14,1%). Dentre os quatro locais em queda, se destacam Goiás (3,8%) e Espírito Santo (3,7%).

Já no acumulado de 12 meses, houve taxas positivas em 13 dos 15 locais, com destaque para o Amazonas (11,3%) e o Pará (10%). Dois locais tiveram recuo na produção: Espírito Santo (2,3%) e Minas Gerais (0,8%).

Mais notícias

CBIC Hoje

[CBIC Hoje NEWSLETTER 10/09/2018 / EDIÇÃO 6146](#)

AECweb

[Mercado imobiliário cresce no primeiro semestre de 2018, diz CBIC](#)

Agência Brasil

[Projeção da inflação cai de 4,16% para 4,05% este ano](#)

AGENDA

SETEMBRO

11 – Seminário Revisão do Sinapi

20 – I Seminário - Questão Social e Ambiental na Engenharia e Arquitetura



I Seminário - Questão Social e Ambiental na Engenharia e Arquitetura

Objetivo: apresentar aos profissionais de engenharia e arquitetura que atuam na elaboração de projetos, execução de obras, tecnologias industriais e agrícolas a questão social e ambiental, bem como suas certificações.

- DIA: 20.09 ÀS 19:00
- LOCAL: AUDITÓRIO CETAM - DOM PEDRO I - MANAUS- AM
- FACILITADOR: SR. TAKASHI YAMAUCHI (MEMBRO ISO E ABNT)

PARTICIPE É GRATUITO!

PATROCÍNIO

+Babbel

REALIZAÇÃO



APOIO



SEMINÁRIO REVISÃO DO SINAPI

SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E
ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL



'ORÇAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS'

O SINDUSCON-AM, em parceria com Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), promove o Seminário sobre Revisão do Sinapi. Gerenciado pela Caixa Econômica Federal, o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi) é uma ferramenta para previsão orçamentária e planejamento de programas governamentais que envolvam execução de obras.

PUBLICO ALVO

- Dirigentes de construtoras e orçamentistas, engenheiros e arquitetos
- Contratantes de obras da União, do Estado e Município
- Representantes regionais da Caixa no Estado
- Representantes dos organismos fiscalizadores e normalizadores (CREA, TCE, Ministério Público e Polícia Federal).

PALESTRANTES

- Geraldo de Paula Eduardo – engenheiro civil, consultor da COP/CBIC e gestor do Projeto de Revisão do Sinapi pela CBIC
- Luciana Andrade – engenheira civil, responsável pela Área de Orçamentos do SINDUSCON-PE
- Mauro Fernando Martins de Castro – arquiteto e gerente executivo do Sinapi da Caixa Econômica Federal

**11 DE
SETEMBRO**

FIEAM – auditorio Auton
Furtado, Av. Joaquim
Nabuco, nº 1919 – Centro

Horário
18h às 21h

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES

- atendimento@sinduscon-am.org.br
- (92) 3622-6525
- (92) 98413-6962

